

Albuquerque, E. B. C. de. Conceituando alfabetização e letramento.

A alfabetização considerada como ensino das habilidades de “codificação” e “decodificação” foi transposta para a sala de aula, no final do século XIV, mediante a criação de diferentes métodos de alfabetização – métodos sintéticos (silábicos ou fônicos) x métodos analíticos (global) –, que padronizaram a aprendizagem da leitura e da escrita.

A partir da década de 1980, o ensino da leitura e da escrita centrado no desenvolvimento das referidas habilidades, desenvolvido com o apoio de material pedagógico que priorizava a memorização de sílabas e/ou palavras e/ou frases soltas, passou a ser amplamente criticado. Nesse período, pesquisadores de diferentes campos tomaram como temática e objeto de estudo a leitura e seu ensino, buscando redefini-los.

No campo da Psicologia, foram muito importantes as contribuições dos estudos sobre *psicogênese da língua escrita*, desenvolvidos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1984). Rompendo com a concepção da língua escrita como código, o qual se aprenderia considerando atividades de memorização, as autoras defenderam uma concepção de língua escrita como um sistema de notação que, no nosso caso, é alfabético. E, na aprendizagem desse sistema, elas constataram que as crianças ou os adultos analfabetos passavam por diferentes fases que vão da escrita *pré-silábica*, até as etapas *silábica* e a *alfabética*.

No que diz respeito ao conceito de alfabetização especificamente, surge o conceito de “analfabetismo funcional” para caracterizar aquelas pessoas que, tendo se apropriado das habilidades de “codificação” e “decodificação”, não conseguiam fazer uso da escrita em diferentes contextos sociais.

A partir da década de 1990, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado a outro fenômeno: o letramento. Segundo Soares (1998), o termo letramento significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever.

O termo letramento não substitui a palavra alfabetização, mas aparece associada a ela.

O ensino tradicional de alfabetização em que primeiro se aprende a “decifrar um código” a partir de uma sequência de passos/etapas, para só depois se ler efetivamente, não garante a formação de leitores/escritores.

A leitura e a produção de diferentes textos são tarefas imprescindíveis para a formação de pessoas letradas. No entanto, é importante que, na escola, os contextos de leitura e produção levem em consideração os usos e funções do gênero em questão.

Por outro lado, um trabalho sistemático de reflexão sobre o sistema de escrita alfabético não pode ser feito apenas através da leitura e da produção de textos. É preciso o desenvolvimento de um ensino no nível da palavra, que leve o aluno a perceber que o que a escrita representa é sua pauta sonora, e não seu significado, e que o faz através da relação fonema/grafema.

Leite, T. M. S. B. R., Morais, A. G de. O Ensino do Sistema de Escrita Alfabética: por que vale a pena promover algumas habilidades de consciência fonológica?

Nos primeiros anos da escolarização os alunos precisarão iniciar, aprofundar e consolidar alguns conhecimentos, tais como compreender que as palavras são escritas com letras e que há variação na sua ordem, contar oralmente as sílabas das palavras e compará-las quanto ao tamanho, perceber as semelhanças sonoras iniciais e finais, reconhecer que as sílabas variam quanto a sua composição, além de perceber que as vogais estão presentes em todas as sílabas.

Alguns dos direitos de aprendizagem em relação à apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA):

Reproduzir seu nome;
Reconhecer e nomear as letras do alfabeto;
Diferenciar letras de números e outros símbolos;
Conhecer a ordem alfabética;
Compreender que palavras diferentes compartilham certas letras;
Perceber que palavras diferentes variam quanto ao número, repertório e ordem de letras;
Segmentar oralmente as sílabas de palavras e compará-las;
Identificar semelhanças sonoras em sílabas iniciais e em rimas;
Reconhecer que as sílabas variam quanto às suas composições (e que a estrutura consoante vogal não é a única possível);
Perceber que as vogais estão presentes em todas as sílabas;
Ler, ajustando a pauta sonora ao escrito;
Localizar palavras em textos conhecidos.

O professor precisa ser um mediador da aprendizagem e, para isso, planejar boas situações didáticas, selecionando e/ou criando bons recursos didáticos.

A mediação do professor deverá facilitar o contato do aluno com a escrita e ajudá-lo a construir os conhecimentos de modo gradativo. A pessoa já alfabetizada exerce um papel importante no desenvolvimento da criança, pois é ela “que atribui um significado e/ou pede à criança que atribua um significado às marcas feitas no papel”.

O papel de certas habilidades de consciência fonológica na apropriação do SEA

A consciência fonológica é um vasto conjunto de habilidades que nos permitem refletir sobre as partes sonoras das palavras. Além de usarmos as palavras para nos comunicar, podemos assumir diante delas uma atitude metacognitiva, refletindo sobre sua dimensão sonora.

Um indivíduo exerce uma atividade metacognitiva quando ele, conscientemente, analisa seu raciocínio e suas ações mentais, “monitorando” seu pensamento. Tal reflexão consciente sobre a linguagem pode envolver palavras, partes das palavras, sentenças, características e finalidades dos textos, bem como as intenções dos que estão se comunicando oralmente ou por escrito.

As habilidades de consciência fonológica se diferenciam não só quanto ao tipo de operação, mas também quanto ao tipo de segmento sonoro e, ainda, quanto à posição em que aquelas “partes sonoras” ocorrem no interior das palavras.

Precisamos, portanto, estar atentos para quais habilidades de consciência fonológica uma criança precisa desenvolver à medida que vai se apropriando do SEA.

Têm-se constatado que certas habilidades fonológicas parecem importantes:

Para chegar a uma hipótese silábica quantitativa (sem valor sonoro), as crianças precisariam ter habilidades de não só separar as sílabas orais das palavras, mas também de comparar palavras quanto ao tamanho, o que pressupõe raciocinar apenas sobre as partes sonoras, esquecendo as características dos objetos a que as palavras se referem;

Para usar uma hipótese silábica qualitativa ou hipóteses silábico-alfabéticas e alfabéticas, as crianças precisam avançar em suas habilidades de identificar e produzir palavras que começam com a mesma sílaba que rimam.

Para escrever segundo uma hipótese alfabética, as crianças precisam identificar palavras que começam com o mesmo fonema.

O desenvolvimento da consciência fonológica ocorre à medida que a criança tem oportunidades de refletir sobre as formas orais e escritas das palavras.

A compreensão de um sistema notacional complexo como é a escrita alfabética, requer como nos ensinou Ferreiro (1989), que a criança lide com uma série de aspectos lógicos/ conceituais, para entender como as letras funcionam, ao formar as palavras. Assim a criança tem que:

compreender que as letras são classe de objetos substitutos, que se equivalem entre si, de modo que B, b, **B** e *b* são a mesma letra;

analisar a ordem das partes orais e das partes escritas das palavras, observando sua relação como os todos (palavras orais e palavras escritas);

usar uma lógica de correspondência termo a termo para entender a relação serial entre as partes orais e partes escritas.

A capacidade de refletir sobre as partes sonoras das palavras é uma condição necessária para a criança avançar em direção a uma hipótese alfabética, porém, para compreender a relação entre partes orais e escritas das palavras, as crianças se beneficiam muito da materialização que a forma escrita das palavras lhes proporciona. Poder montar e desmontar palavras e poder observar a sequência de letras de palavras parecidas são importantes suportes cognitivos para as crianças as crianças pensarem nos segmentos sonoros, muito mais abstratos e sem uma aparência material.

Leite, T. M. S. B., Morais, A. G. de. A escrita alfabética: por que ela é um sistema notacional e não um código? Como as crianças dela se apropriam?

O que é Letramento?

Conjunto de práticas de leitura e produção de textos escritos que as pessoas realizam em nossa sociedade, nas diferentes situações cotidianas formais e informais.

Por a escrita alfabética ser um sistema notacional, seu aprendizado é um processo cognitivo complexo, no qual as habilidades perceptivas e motoras não têm peso fundamental.

Para aprender como o SEA funciona a criança também vive um sério trabalho conceitual, por meio do qual vai ter que desvendar duas questões:

1 – O que é que as letras notam (isto é, registram)?

As características dos objetos que a palavra substitui (o tamanho, a forma, etc.) ou a sequência de partes sonoras da palavra?

2 – Como as letras criam notações (ou palavras escritas)?

Colocando letras em função do tamanho ou de outras características do objeto que a palavra designa? Colocando letras conforme os pedaços sonoros da palavra que pronunciamos? Neste caso, colocando uma letra para cada sílaba oral ou colocando letras para “os sons pequeninhos” que formam as sílabas orais?

A criança tem que compreender os aspectos textuais da escrita alfabética e tal compreensão funciona como requisito para que ela possa memorizar as relações letra-som de forma produtiva, sendo capaz de gerar a leitura ou a escrita de novas palavras.

Propriedades do SEA que o aprendiz precisa reconstruir para se tornar alfabetizado:

1. escreve-se com letras, que não podem ser inventadas, que têm um repertório finito e que são diferentes de números e de outros símbolos;
2. as letras têm formatos fixos e pequenas variações produzem mudanças na identidade das mesmas (p, q, b, d), embora uma letra assuma formatos variados (P, p, *P*, *p*);
3. a ordem das letras no interior da palavra não pode ser mudada;
4. um letra pode se repetir no interior de uma palavra e em diferentes palavras, ao mesmo tempo em que distintas palavras compartilham as mesmas letras;
5. nem todas as letras podem ocupar certas posições no interior e nem todas as letras podem vir juntas de quaisquer outras;
6. as letras notam ou substituem a pauta sonora das palavras que pronunciamos e nunca levam em conta as características físicas ou funcionais dos referentes que substituem;
7. as letras notam seguimentos sonoros menores que as sílabas orais que pronunciamos;
8. as letras têm valores sonoros fixos, apesar de muitas terem mais de um valor sonoro e certos sons poderem ser notados com mais de uma letra;
9. além de letras, na escrita de palavras, usam-se, também, algumas marcas (acentos) que podem modificar a tonicidade ou o som das letras ou sílabas onde aparecem;
10. as sílabas podem variar quanto às combinações entre consoantes e vogais (CV, CCV, CVV, CVC, V, VC, VCC, CCVCC, ...), mas a estrutura predominante no português é a sílaba CV (consoante – vogal), e todas as sílabas do português contém, ao menos, uma vogal.

O que são sistemas notacionais?

Conjunto de “caracteres” ou símbolos e um conjunto de “regras” ou propriedades, que definem rigidamente como aqueles símbolos funcionam para poder substituir os elementos da realidade que notam ou registram.

Os percursos que as crianças vivem, para poder compreender o SEA

É preciso deixar as crianças escreverem como sabem para podermos detectar em que nível de compreensão de nosso sistema alfabético o menino ou a menina se encontram.

Os aprendizes passam por quatro períodos nos quais têm diferentes hipóteses ou explicações para como a escrita alfabética funciona: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético.

. No período pré-silábico, a criança ainda não entende que o que a escrita registra é a sequência de “pedaços sonoros” das palavras. Num momento muito inicial, a criança, ao distinguir desenho de escrita, começa a produzir rabiscos, bolinhas e garatujas que ainda não são letras. À medida que vai observando as palavras ao seu redor (e aprendendo a reproduzir seu nome próprio ou outras palavras), ela passa a usar letras, mas sem estabelecer relação entre elas e as partes orais da palavra que quer escrever. Pode, inclusive, apresentar o que alguns estudiosos chamaram de **realismo nominal**, que a leva a pensar que coisas grandes seriam escritas com muitas letras, ao passo que coisas pequenas seriam escritas com poucas letras. Nessa etapa pré-silábica, sem que os adultos lhe ensinem, a criança cria duas hipóteses absolutamente originais:

- a hipótese de quantidade mínima, segundo a qual é preciso ter no mínimo 3 (ou 2) letras para que algo possa ser lido;
- a hipótese de variedade, ao descobrir que, para escrever palavras diferentes, é preciso variar a quantidade e a ordem das letras que usa, assim como o próprio repertório de letras que coloca no papel. De modo parecido, a criança passa a conceber que, no interior de uma palavra, as letras têm que variar. Se pedirmos à criança que leia o que acabou de escrever, apontando o dedo, nessa etapa, ela geralmente não busca fazer relações entre as partes escritas (letras, agrupamentos de letras) e as partes orais das palavras em foco.

. No período silábico, ocorre uma revolução. A criança descobre que o que coloca no papel tem a ver com as partes orais que pronuncia, ao falar as palavras. Mas nessa etapa, ela acha que as letras substituem as sílabas que pronuncia. Num momento de transição inicial, a criança ainda não planeja, cuidadosamente, quantas e quais letras vai colocar para cada palavra, mas demonstra que está começando a compreender que a escrita nota a pauta sonora das palavras, porque, ao ler o que acabou de escrever, busca fazer coincidir as sílabas orais que pronuncia com as letras que colocou no papel, de modo a não deixar que sobrem letras.

As escritas silábicas estritas, que aparecem depois, seguem uma regra exigente: uma letra para cada sílaba pronunciada. Tais escritas podem ser de dois tipos:

. silábicas quantitativas ou 'sem valor sonoro", nas quais a criança tende a colocar, de forma rigorosa, uma letra para cada sílaba pronunciada, mas na maior parte das vezes, usa letras que não correspondem a segmentos das sílabas orais da palavra escrita;

. silábicas qualitativas ou com “valor sonoro”, nas quais a criança se preocupa em colocar não só uma letra para cada sílaba da palavra que está escrevendo, mas também letras que correspondem a sons contidos nas sílabas orais daquela palavra.

. No período silábico-alfabético, um novo e enorme salto qualitativo ocorre e a criança começa a entender que o que a escrita nota ou registra no papel tem a ver com os pedaços sonoros das palavras, mas que é preciso “observar os sonzinhos no interior das sílabas”. Ao notar uma palavra, ora a criança coloca duas ou mais letras para escrever determinada sílaba, ora volta a pensar conforme a hipótese silábica e põe apenas uma letra para uma sílaba inteira.

. No período alfabético, as crianças escrevem com muitos erros ortográficos, mas já seguindo o princípio de que a escrita nota, de modo exaustivo, a pauta sonora das palavras, colocando letras para cada um dos “sonzinhos” que aparecem em cada sílaba.

A criança precisa reconstruir em sua mente as propriedades do SEA e que, em tal percurso, não é possível “queimar etapas”.

A criança precisa ser desafiada, ser convidada a refletir sobre as palavras, observando, no interior das mesmas, as partes orais e escritas.

Quais os fundamentos do conceito de alfabetização?

Como aprendemos a linguagem escrita?

O primeiro ponto tem a ver com o modo como se deve entender o verbo “aprender”, utilizado na pergunta.

O que e como o ser humano, dadas determinadas condições, apropria-se do mundo, de seus objetos e de si mesmo. Os mecanismos ou processos psicológicos – os procedimentos, comportamentos, capacidades e conhecimentos – que nos permite apreender algo. O que se passa em nossa em nossas mentes quando, diante de um determinado objeto de conhecimento – a linguagem escrita, os fenômenos biológicos ou a organização do espaço – dizemos que aprendemos? Ou que dele nos apropriamos?

O segundo ponto importante diz respeito à razão pela qual devemos conhecer como e o que pensam as crianças a respeito de um determinado objeto de ensino. É muito comum que, durante algum tempo, as crianças pensem que a grafia de uma palavra reproduz, exatamente, os sons da fala. Se você, professor, não sabe dessa ideia que as crianças fazem da escrita – ou dessa hipótese sobre a relação entre escrita e fala – sua tendência será apenas a de corrigir.

Esse modo de agir pode resolver, momentaneamente, a grafia das duas palavras, mas pode gerar dois problemas para o aprendizado da criança: por um lado, pode justamente reforçar a ideia de que se escreve como fala (o que reforçará uma concepção bastante equivocada das relações entre fala e escrita) e, por outro lado, pode criar, na criança, a falsa ideia de que ela fala errado.

Uma intervenção mais produtiva consistiria em mostrar para a criança, pela análise de palavras grafadas corretamente, que a escrita não é uma transcrição fonética da fala.

A intervenção do professor ou da professora, que não considerou o que a criança pensa sobre a escrita, foi pouco produtiva e, em vez de corrigir o erro, conduziu à elaboração de noções inadequadas sobre o funcionamento da linguagem escrita. É muito importante que o docente saiba o que e como seu aluno conhece, que domine uma teoria da aprendizagem da linguagem escrita.

O terceiro ponto tem a ver com o fato de que não existe uma única teoria da aprendizagem da linguagem escrita.

Psicogênese: origem e desenvolvimento dos processos mentais ou psicológicos relativos ao conhecimento de um determinado objeto.

As primeiras hipóteses sobre a escrita

A criança dirige sua atenção para diferentes dimensões desse objeto.

A atenção da criança se volta para compreender o que distingue a escrita e o desenho.

A criança busca estabelecer critérios ou princípios de natureza gráfica para definir o que é passível de ser lido e de ser escrito. Dois princípios são estabelecidos:

- . o princípio da quantidade mínima de letras;
- . o princípio da variedade interna de letras.

A criança pode voltar sua atenção para a finalidade da escrita: para que ela serve? A criança

progressivamente infere que ela serve para “dizer alguma coisa”, isto é, que textos “dizem algo”, manifestam uma intenção comunicativa. Algo que tem por função simbolizar ou representar outra coisa e que essa “coisa” é um significado linguístico, em geral, para a criança, um nome. A criança dá, assim, um passo extremamente importante para sua alfabetização: ela descobre, na verdade, que a escrita representa uma dimensão da linguagem humana.

Hipóteses fonográficas

A criança chega à conclusão de que a escrita representa uma dimensão da linguagem: o significado dos nomes. Das duas faces do signo linguístico – o significado e o significante –, a escrita representaria a primeira face.

Nossa escrita é de natureza fonográfica, isto é, representa o aspecto sonoro da linguagem, isto é, seu significante.

Em seu esforço para compreender a escrita, a criança elabora a hipótese de nossa escrita representaria não o significado do signo linguístico, mas seu significante.

A primeira ideia infantil a esse respeito é de que seriam representadas na escrita as unidades sonoras da língua cuja pronúncia é a mais perceptível: as sílabas.

Ao escrever palavras com base na hipótese silábica, a criança começa a se deparar com problemas causados por outras hipóteses por ela formuladas. São esses problemas que vão levar a criança a supor que a unidade sonora representada pelas letras não seriam as sílabas, mas sim unidades ainda menores, os sons.

Problemas que conduziriam a criança da escrita silábica para a alfabética seriam:

- Como escrever vocábulos monossilábicos?
- Como escrever palavras com letras repetidas?
- Como escrever nomes conhecido pela metade?

Todos esses problemas trazem, para a criança, conflitos cognitivos, conflitos entre diferentes hipóteses por ela elaboradas. A criança vai em busca de soluções. Combinando consoantes e vogais ela passaria, progressivamente a estabelecer que, em nossa escrita, representaríamos não as sílabas das palavras, mas as pequenas unidades que a compõem: os sons.

O desenvolvimento da consciência fonológica seria um pré-requisito ou um requisito importante para a apreensão de que a linguagem escrita representa essas unidades mínimas.

O que aprendemos quando nos alfabetizamos?

Aprendemos um sistema de representação da linguagem humana que toma como objeto de representação inicial os sons da fala, mas, posteriormente, para anular a variação linguística, tende a se afastar da fala por meio da ortografia

Não aprendemos esse objeto em si mesmo, mas no interior de processos de leitura e de escrita. Isso significa que capacidades ou procedimentos como reconhecer letras, categorizar letras grafadas de forma diferente, realizar processos de análise e síntese de sílabas e palavras, adquirir fluência em leitura e rapidez na escrita, são também importantes dimensões daquilo que aprendemos quando nos alfabetizamos.

Também fazem parte desse objeto certas habilidades motoras e cognitivas, envolvidas no uso e na manipulação de instrumentos e equipamentos de escrita. Isso significa segurar adequadamente o lápis, desenvolver a coordenação motora necessária à escrita, posicionar-se adequadamente para ler e escrever, saber como se faz a sequenciação do texto nas páginas, conhecer a organização gráfica do escrito na página.